

## EDITAL

PLANO DE ERRADICAÇÃO DA TUBERCULOSE, BRUCELOSE E LEUCOSE ENZOÓTICA BOVINA

PLANO DE ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE DOS PEQUENOS RUMINANTES

O Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, faz saber que:

### 1.ª A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES PECUÁRIOS (OPP) PARA A DEFESA SANITÁRIA DOS RUMINANTES de GUIMARÃES.

em cumprimento do estabelecido no Art.º 1.º e 3.º da Portaria 178/2007, de 9 de Fevereiro, e suas alterações, vai promover as ações sanitárias de rastreio da **Tuberculose, Brucelose e Leucose Enzoótica Bovina** e/ou vacinação da **Brucelose Bovina**

2.º Estas ações incidirão sobre todos os bovinos elegíveis para rastreio, existentes nos lugares abaixo discriminado(s)

3.º Os proprietários ou detentores dos animais deverão apresentá-los nos locais e horas abaixo indicados, a fim de serem submetidos às diversas intervenções sanitárias, sendo obrigados a apresentá-los de novo, no mesmo local, 72 horas depois para efeitos de leitura dos resultados da prova da tuberculina.

4.º Os proprietários ou detentores dos animais devem apresentar o Passaporte, a fim de se proceder aos necessários registos e actualização do mesmo.

5.º Excepto os animais destinados a abate imediato, todos os animais sujeitos a intervenção sanitária, ficarão em vigilância sanitária até ao conhecimento dos resultados das análises, não devendo esta ultrapassar nunca um período de 45 dias, no decurso dos quais não poderão ser vendidos, dados, trocados ou de qualquer forma alienados.

6.º Todos os animais em que foi diagnosticada Tuberculose, Brucelose ou Leucose Enzoótica, serão submetidos a abate sanitário pela Direcção de Serviços de Veterinária da Região no mais curto espaço de tempo, sendo conferido aos proprietários a indemnização legal a que tiverem direito.

7.º Os proprietários ou detentores dos animais a abater, pelas razões do número anterior, ficam obrigados a apresentá-los no dia, local e hora que, para o efeito lhes for determinado, pela Direcção de Serviços de Veterinária da Região.

8.º As infracções ao presente Edital serão consideradas contra-ordenações e, como tal, punidas com coima de 249,40€ a 3.740,98€, ou até 44.891,81€, consoante o agente seja pessoa singular ou colectiva nos termos dos Decretos-lei n.º 114/99, de 14 de Abril, n.º 244/2000, de 27 de Setembro e n.º 272/2000, de 8 de Novembro.

### 1.ª A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES PECUÁRIOS (OPP) PARA A DEFESA SANITÁRIA DOS RUMINANTES de GUIMARÃES.

em cumprimento do estabelecido no Art.º 1.º e 3.º da Portaria n.º 178/2007, de 9 de Fevereiro, e suas alterações, vai promover as ações sanitárias de rastreio de rastreio e/ou vacinação da **Brucelose dos Pequenos Ruminantes**

2.º Estas ações incidirão sobre todos os ovinos e caprinos, com mais de 6 meses de idade, (3 meses, no caso de vacinação com REV-1) existentes nos lugares abaixo discriminado(s)

3.º Os proprietários ou detentores dos animais deverão apresentá-los nos locais e horas abaixo indicados, a fim de serem submetidos às diversas intervenções sanitárias.

4.º Os proprietários ou detentores dos animais devem apresentar o modelo 710/DGV (RED/000), a fim de se proceder aos necessários registos e actualização do mesmo.

5.º Excepto os animais destinados a abate imediato, todos os animais sujeitos a intervenção sanitária, ficarão em vigilância sanitária até ao conhecimento dos resultados das análises, não devendo este ultrapassar nunca um período de 45 dias, no decurso dos quais não poderão ser vendidos, dados, trocados ou de qualquer forma alienados.

6.º Todos os animais em que foi diagnosticada Brucelose, serão submetidos a abate sanitário pela Direcção de Serviços de Veterinária da Região, no mais curto espaço de tempo, sendo conferido aos proprietários a indemnização legal a que tiverem direito.

7.º Os proprietários ou detentores dos animais a abater, pelas razões do número anterior, ficam obrigados a apresentá-los no dia, local e hora que, para o efeito lhes for determinado, pela Direcção de Serviços de Veterinária da Região.

8.º As infracções ao presente Edital serão consideradas contra-ordenações e, como tal, punidas com coima de 249,40€ a 3.740,98€, ou até 44.891,81€, consoante o agente seja pessoa singular ou colectiva nos termos do Artigo 16º do Decreto-lei n.º 244/2000, de 27 de Setembro.

U.F. CALDAS	LUGAR DA RIBEIRA	23	OUTUBRO	9,15
S. JOÃO,	S. ROMÃO	23		14,45
S. MIGUEL	IGREJA	26	OUTUBRO	9,15
	MONTESINHOS	26		14,45
INFIAS	OUTEIRINHO	27	OUTUBRO	9,15
	LAMEIRO DE MOINHOS	27		14,45
U.F. TAGILDE,	LUGAR DO BOCO	30	OUTUBRO	9,15
	SANTIAGO	30		14,45
VIZELA	LUGAR DE VILA NOVA	2	NOVEMBRO	9,15
S. PAIO	LUGAR DO BARRADO	2		14,45